

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo.

As atividades da Eucatex S.A. Indústria e Comércio compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas e indiretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 ações preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBOVESPA”). Desse total, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 483.034 ações preferenciais em tesouraria.

A Companhia possui 4 (quatro) unidades industriais e 27,2 mil hectares de florestas plantadas em 72 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2013.

Em 15 de outubro de 2012 a Eucatex S/A. divulgou ao mercado, através de Fato Relevante, o detalhamento do seu processo de reorganização societária, que culminará: a) na transferência de todas as atividades operacionais para a ECTX; b) na abertura de capital e listagem das ações da ECTX S/A. no Novo Mercado e; c) na Migração dos acionistas detentores de ações preferenciais da Eucatex S/A. para ECTX S/A.

Conforme salientado no Fato Relevante, a Reorganização e a Migração, por conseguinte, não implicarão em qualquer alteração patrimonial para os acionistas da Eucatex S/A., na medida em que a relação de valor entre as ações das duas companhias será preservada.

Passos da reorganização

Contribuição de ativos

Em 02 de abril de 2012 a Eucatex S/A. realizou aporte de capital na ECTX S/A. com o investimento que mantinha na empresa Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., responsável pelo cultivo de florestas de eucaliptos, no valor de R\$ 154.090, representado por 154.090.304 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 2 de julho de 2012, a Eucatex S/A. e a Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., sociedade cujo capital é detido pela Eucatex S/A. em proporção superior a 99%, realizaram um aumento do capital social da ECTX S/A. mediante a conferência de parte dos acervos líquidos de sua titularidade ("Contribuição de Ativos"). O referido aporte de capital com conferência de ativos por parte da Eucatex S/A. foi de R\$353.864, representado pela emissão de 353.864.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A conferência de ativos pela Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. de R\$46.364 representado por 46.364.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

O acervo líquido remanescente da Eucatex S/A. e da Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. será futuramente contribuído ao capital da ECTX antes da Migração dos acionistas, mediante um novo aumento de capital, exceto por determinadas contingências e obrigações que não podem ser, legal ou contratualmente, transferidas, para as quais foram criadas obrigações reflexas da ECTX S/A. em favor da Eucatex S/A. (obrigações estas cujo valor, caso seja efetivamente exigido da Eucatex S/A., será ressarcido pela ECTX S/A.). Dessa forma, ao final da Contribuição de Ativos, a ECTX S/A. terá patrimônio líquido equivalente ao atual patrimônio líquido da Companhia.

Quadro demonstrativo do acervo líquido aportado na ECTX S/A.:

	Novo Prisma Agro- Florestal	Eucatex Tintas e Vernizes	Eucatex S/A	Total Acervo líquido
Data base da "conferência de ativos"	02.04.2012	30.06.2012	30.06.2012	
Ativo (circulante e não circulante)	154.090	189.676	1.068.604	1.412.370
Caixa e equivalentes de caixa	-	182	8.535	8.717
Títulos e valores mobiliários	-	59	2.087	2.146
Contas a receber	-	29.153	126.857	156.010
Estoques	-	13.592	79.258	92.850
Impostos a Recuperar	-	-	20.185	20.185
Partes relacionadas	-	122.602	74.788	197.390
Investimentos	154.090	-	17.421	171.511
Imobilizado	-	22.964	711.871	734.835
Outros	-	1.124	27.602	28.726
Passivo (circulante e não circulante)	-	143.312	714.740	858.052
Fornecedores	-	26.376	54.491	80.867
Empréstimos e financiamentos	-	4.162	212.374	216.536
Obrigações sociais e provisões trabalhistas	-	2.268	8.145	10.413
Partes relacionadas	-	75.450	176.310	251.760
Debêntures	-	-	75.024	75.024
Parcelamento de impostos - REFIS IV e outros	-	29.616	86.144	115.760
Outros	-	5.440	102.252	107.692
Acervo líquido	154.090	46.364	353.864	554.318

Quadro demonstrativo do acervo líquido da Eucatex Tintas e Vernizes Ltda, aportado na ECTX S/A.:

Descrição	Eucatex Tintas e Vernizes - 30.06.2012		
	2º ITR	"Drop down "	Saldo remanescente
Ativo (circulante e não circulante)	199.319	189.676	9.643
Caixa e equivalente de caixa	182	182	-
Contas a receber	29.153	29.153	-
Estoques	13.592	13.592	-
Partes relacionadas	122.602	122.602	-
Investimentos de curto prazo > 90 dias	59	59	-
Imobilizado	22.964	22.964	-
Impostos a recuperar	9.643	-	9.643
Outros	1.124	1.124	-
Passivo (circulante e não circulante)	144.493	143.312	1.181
Fornecedores	26.376	26.376	-
Empréstimos e financiamentos	4.162	4.162	-
Obrigações sociais e provisões trabalhistas	2.268	2.268	-
Partes relacionadas	75.450	75.450	-
Provisões para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	1.164	-	1.164
Parcelamento de impostos - REFIS IV	29.616	29.616	-
Outros	5.457	5.440	17
Acervo líquido	54.826	46.364	8.462

Quadro demonstrativo acervo líquido da Eucatex S/A, aportado na ECTX S/A.:

Descrição	Eucatex S/A - 30.06.2012		
	2º ITR	"Drop down"	Saldo remanescente
Ativo (circulante e não circulante)	1.803.893	1.068.604	735.289
Caixa e equivalente de caixa	8.535	8.535	-
Títulos e valores mobiliários	2.087	2.087	-
Contas a receber	126.857	126.857	-
Estoques	79.258	79.258	-
Partes relacionadas	74.788	74.788	-
Impostos a recuperar	29.692	20.185	9.507
Despesas antecipadas	1.548	1.548	-
Bens destinados à venda	17	17	-
Depositos Judiciais	7.661	7.661	-
Outros Créditos	18.376	18.376	-
Investimento	743.203	17.421	725.782
Imobilizado	711.871	711.871	-
Passivo (circulante e não circulante)	776.890	714.740	62.150
Fornecedores	54.491	54.491	-
Empréstimos e financiamentos	212.374	212.374	-
Partes relacionadas	176.310	176.310	-
Obrigações sociais e provisões trabalhistas	11.432	8.145	3.287
Imposto de Renda e Contribuição Social	23.923	-	23.923
Debêntures	75.024	75.024	-
Provisão demandas Judiciais	64.719	29.779	34.941
Parcelamento de impostos - REFIS IV	86.144	86.144	-
Outros	72.474	72.474	-
Acervo líquido	1.027.003	353.864	673.139

Em 30 de dezembro de 2012, também como parte da reestruturação a Eucatex Imobiliária Ltda., controlada pela Eucatex S/A, realizou o aumento do capital social da Novo Prisma Agro Florestal Ltda. mediante a conferência de ativos ("Contribuição de Ativos"). O referido aporte de Capital por parte da Eucatex Imobiliária Ltda. totalizou R\$131.284.

Etapas do registro na CVM – Comissão de Valores Mobiliários e na BM&FBovespa da ECTX S/A.

A ECTX S/A. irá requerer à CVM pedido para registro como emissor de valores mobiliários categoria A e à BM&FBOVESPA autorização para negociação de suas ações no novo mercado. Serão realizadas modificações na estrutura de governança corporativa da ECTX S/A. para que ela se adeque ao nível exigido para as companhias listadas no Novo Mercado.

A transferência dos acionistas detentores de ações preferenciais para a ECTX S/A. e, conseqüentemente, a listagem das ações da ECTX S/A. no Novo Mercado estarão condicionadas (i) à concessão pela CVM do registro de emissor de valores mobiliários categoria A; (ii) pela BM&FBOVESPA, da autorização para negociação das ações no Novo Mercado; e (iii) à aceitação

da Migração por acionistas titulares de, pelo menos, 23.317.392 ações preferenciais da Eucatex S/A, uma vez que tal quantidade assegurará que a ECTX S/A atinja o percentual mínimo de 25% das ações em circulação, atendendo o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Migração de ações

Os acionistas detentores de ações preferenciais da Eucatex S/A. terão a opção de migrar para a ECTX S/A, para o que será adotado o seguinte procedimento:

- Criação de uma nova classe de ações preferenciais da Eucatex S/A. ("PNB"), menos favorecidas do que as atuais classes de ações preferenciais, que serão transformadas em classe A ("PNA"). As ações PNB serão resgatáveis mediante entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da ECTX S/A.
- Abertura de prazo de 45 dias para que os detentores de ações PNA tenham a faculdade de converter suas ações em ações PNB, na relação de 1 ação PNA por 1 ação PNB.
- Resgate das ações PNB mediante entrega de ações ordinárias de emissão da ECTX S/A., preservando-se a relação patrimonial entre as ações das duas companhias. Os acionistas que antes detinham ações PNB passarão a deter a mesma proporcionalidade em ações ordinárias de emissão da ECTX S/A.

A Eucatex S/A. optou por listar as ações PNB na BM&FBOVESPA e negociá-las com um código específico (*Ticker*) e com atribuição de um código ISIN (*International Securities Identification Number*), com o objetivo de que não haja perda de liquidez para os acionistas preferencialistas que participem da transferência.

O procedimento de migração enseja direito de recesso, por força do art. 136, I, da Lei nº 6.404/76, apenas aos titulares de ações ordinárias da Eucatex S/A. no dia 11 de outubro de 2012, data anterior à publicação do Fato Relevante. Assim, aqueles que adquirirem ações ordinárias após tal data não terão direito a exercer o referido direito de recesso. O valor do reembolso a ser pago é de R\$ 10,82 por ação, tendo por base o valor patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2012. A Eucatex S/A. informará oportunamente, mediante publicação de aviso aos acionistas, as demais condições e procedimentos para exercício do direito de recesso.

Os acionistas detentores de ações preferenciais da Eucatex S/A. não terão direito de recesso uma vez que a nova classe de ações preferenciais a ser criada é menos favorecida que a classe atual.

Cisão parcial

Após a conclusão da Migração, a Contribuição de Ativos será finalizada mediante a aprovação da cisão parcial da Eucatex Imobiliária Ltda., sociedade cujo capital é detido pela Eucatex S/A. em proporção superior a 99%, com incorporação do acervo cindido pela ECTX S/A. O acervo cindido a ser incorporado será composto por imóveis de propriedade da Eucatex Imobiliária Ltda. e pela

participação na Eucatex Nordeste Indústria e Comércio Ltda. e na Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

Após a implementação de todos os passos relativos à Reorganização, a relação patrimonial entre as ações da Eucatex S/A. e da ECTX S/A. será preservada.

As atividades da ECTX S/A. compreendem:

- Produção de painéis de madeira – MDF/THDF, MDP e chapas de fibras;
- Produção de produtos derivados da madeira – pisos laminados, portas para construção civil e painéis de divisória;
- Produção de tintas para residências e ambientes comerciais;
- Plantio e cultivo de florestas para consumo próprio;
- Atividade imobiliária em parceria com terceiros.

Unidades Fabris

A Companhia possui 4 unidades industriais, sendo:

- Unidade de produção de Chapas de fibra de madeira, portas e painéis de divisória localizada na cidade de Salto - SP;
- Unidade de produção THDF/MDF localizada na cidade de Salto – SP;
- Unidade de produção de Tintas e Vernizes localizada na cidade de Salto - SP;
- Unidade de produção de MDP e Pisos Laminados localizada na cidade de Botucatu - SP;

A Companhia possui ainda 45 mil hectares de área para plantio de eucalipto em fazendas próprias e arrendadas, que garantem e autos suficiência no abastecimento do seu principal insumo, a madeira.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada) para o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, Interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas

estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia avaliou os eventos subsequentes até 15 de março de 2013, que é a data da aprovação, pela diretoria executiva, das demonstrações contábeis.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores (Nota 13).

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S. A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas e indiretas conforme abaixo:

	% de participação	Localização da sede	Atividade principal
Diretas			
ECTX S/A.	91,73	São Paulo(SP)	Produção e Comercialização de Painéis de Madeira(Chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como Painéis de Divisória, Portas, Pisos laminados, Tintas Imobiliárias, Vernizes e Lacas.
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda.	97,93	São Paulo(SP)	Produção e Comercialização de Tintas Imobiliárias.
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	99,99	Salto(SP)	Comercialização de Solventes.
Eucatex Imobiliária Ltda.	100,00	São Paulo(SP)	Atividade Imobiliária - venda de terrenos.
Indiretas			
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda .	100,00	São Paulo(SP)	Atividade florestal - cultivo de florestas de eucalipto.
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	100,00	São Paulo(SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	100,00	São Paulo(SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Eucatex of North America, Inc.	100,00	Atlanta(EUA)	Comercialização de artefatos de madeira.
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	100,00	São Paulo(SP)	Compra e Venda de Energia Elétrica e outros agentes desse mercado.
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	100,00	Ribeirão(PE)	Produção e Comercialização de tintas, lacas, vernizes e corantes.
AD Argilas Descorantes Ltda.	100,00	São Paulo(SP)	Comercialização de Argilas, Tintas, Lacas, Vernizes, Solventes, Pisos laminados de madeira e seus acessórios, divisórias, portas de madeira e chapas de madeira.

Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

Em 02 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o projeto de reestruturação administrativa e organizacional e conferência dos ativos e passivos ("drop down") que consistiu

basicamente na transferência das atividades produtivas e comerciais da Eucatex S/A para as empresas anteriormente constituídas ECTX S/A e Eucatex Distribuição e Logística. Desta forma a Eucatex S/A se tornou controladora de 91,73% da ECTX S/A. Esta que por sua vez com a referida reorganização societária assumiu, todos os direitos e obrigações, cuja finalidade será a concentração na atividade produtiva dos segmentos de fabricação de madeira e tintas.

A Eucatex Distribuição e Logística assumiu todos os direitos e obrigações da Eucatex Comercial e Logística, ambas cem por cento controladas pela ECTX S/A, a qual concentra a atividade comercial e de distribuição dos produtos da área de construção civil.

A Companhia concluiu os estudos e iniciou processo de reorganização societária ("Reorganização") com o objetivo de realizar conferência do total de seu acervo líquido ao capital social da ECTX S/A. ("ECTX"), sociedade cujo capital é detido pela Companhia em proporção superior a 91%. De acordo com laudo emitido por empresa especializada, datada em 02 de julho de 2012 o acervo líquido transferido da Eucatex S.A. para a ECTX S.A. foi de R\$ 353.864 e da controlada Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. para a ECTX S/A. foi de R\$ 46.364.

2.3. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional da Companhia (Controladora), o real ("R\$") utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados (ou, se não disponível, a taxa de câmbio do primeiro dia útil subsequente disponível). Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício ou período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Sociedades do Grupo

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de resultados abrangentes.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros atualmente estão classificados como “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento”.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento, e que não são classificados a valor justo por meio do resultado nem como disponíveis para venda no reconhecimento inicial, nem atendem à definição de empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na demonstração consolidada do resultado como "Resultado de Perdas com *Impairment* de Ativos Financeiros".

Classificam-se nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos a receber de clientes e os saldos a receber de partes relacionadas. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo método do custo, usando a taxa de juros efetiva.

2.7.2. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, quando aplicáveis.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.7.4. Redução de Valor Recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se

há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente os efeitos de taxa de câmbio, visto que suas receitas são geradas em reais ("R\$") e a Companhia possui compromissos significativos em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos (contratos de *Non Deliverable Forward* – NDF e Contrato SWAP – USD x CDI). De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Quando contratados, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e estão apresentadas por valores próximos aos seus valores presentes, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior aquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

a) Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

b) Desenvolvimento e Implantação de sistemas (softwares)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo; (iii) o software pode ser usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.12. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 16. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a opção do custo atribuído (*deemed cost*), exceto para terrenos (fazendas), conforme CPC 27 (Interpretação Técnica – ICPC 10) por avaliarem que a vida útil econômica revisada para fins de depreciação melhor reflete o valor dos ativos (Nota 16).

2.13. Impairment de ativos não-financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.14. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados pelas reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita (Nota 15). Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de chapas. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado para eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé". Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região.

A Companhia avalia seus ativos biológicos trimestralmente e efetua os devidos ajustes na contabilidade.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis").

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas de acordo com o regime contábil de competência.

2.16. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estas contas, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.17. Tributos sobre o lucro

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto pela proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial".

2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.19. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros (PLR) que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício ou período, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

As provisões para reconhecer a participação dos empregados nos lucros e resultados são reconhecidas em resultado na rubrica "Outros resultados operacionais".

2.20. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma

descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas.

Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

- c) Obrigações legais são registradas na rubrica provisões para demandas judiciais.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Reconhecimento de receita

A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados aos produtos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva, pelo método do custo amortizado.

(c) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Consolidado:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 7% a 12%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Exceto, para as controladas – Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses encargos são representados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.22. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23. Lucro por ação – básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações preferenciais e ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC41 (IAS 33).

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

2.24. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizada para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos, sendo um total de 47 fazendas arrendadas em 2012 e 46 em 2011.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 16.

2.25. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras na rubrica “Dividendo e juros sobre o capital próprio a pagar”, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia. Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.26. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Desta forma, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, quando aplicável.

3. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2012:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
(a) CPC 18 (R2)	IAS 28	Investimento permanentes	1º de janeiro 2013
(b) CPC 19 (R2)	IFRS 11	Negócios em conjuntos	1º de janeiro 2013
(c) CPC 33 (R1)	IAS 19	Benefícios a Empregados	1º de janeiro 2013
(d) CPC 36 (R3)	IFRS 10	Demonstrações financeiras consolidadas	1º de janeiro 2013
(e) CPC 45	IFRS 12	Divulgação da participação em outras entidades	1º de janeiro 2013
(f) CPC 46	IFRS 13	Mensuração ao valor justo	1º de janeiro 2013
(g) CPC 38 (R1)	IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro 2015

(a) CPC 18 (R2) / IAS 28: Alterou o nome do pronunciamento incluindo a referência a empreendimento controlado em conjunto; aumentou a abrangência do pronunciamento que passou a regulamentar os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*); incluiu a possibilidade do registro da equivalência patrimonial levando em consideração o eventual exercício de direitos potenciais de voto e outros instrumentos derivativos que no momento corrente dê à entidade acesso aos retornos; definiu que o investimento e qualquer interesse retido no investimento não classificado como mantido para venda, deve ser classificado como um ativo não circulante.

(b) CPC 19 (R2) / IFRS 11: A revisão deste pronunciamento contábil no Brasil, que nas Normas Internacionais correspondeu a um novo pronunciamento, alterou substancialmente a prática anterior nos seguintes aspectos: eliminação da consolidação proporcional; inclusão da definição Negócio em conjunto, inclusão da definição Operação em conjunto (*joint operation*), inclusão da definição Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

(c) CPC 33 (R1) / IAS 19: Foi excluída a possibilidade de utilização do “método do corredor” - permissão para que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou 10% do valor justo dos ativos do plano, dos dois o maior, pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano. Com isso os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente da data das demonstrações contábeis, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de Outros Resultados Abrangentes.

(d) CPC 36 (R3) / IFRS 10: A revisão deste pronunciamento no Brasil, que na Norma Internacional correspondeu a um novo pronunciamento, alterou o conceito de controle e introduziu novos conceitos, como os relativos a “poder”, “retornos”, “relação entre poder e retornos”, entre outros. Na Norma Internacional, o IFRS 10 substituiu o SIC 12 e IAS 27.

(e) CPC 45 / IFRS 12: Trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. O pronunciamento é aplicável a controladas, negócios em conjunto (ou seja, operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto), coligadas e entidades estruturadas não consolidadas.

(f) CPC 46 / IFRS 13: se aplica quando outros pronunciamentos contábeis exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações).

(g) CPC 38 (R1) / IFRS 9: O CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da - IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1) / IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

A Companhia está estudando os futuros impactos dessas alterações, porém não espera mudanças significativas nas demonstrações contábeis.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Nas demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. Estas estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias, elaborados com a utilização das informações disponíveis na data. Portanto, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

- **Valor Justo do Ativo Biológico**

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com os métodos estabelecidos pelo CPC 29 / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão

impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas, como preço de venda, quantidade cúbica de madeira podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente na valorização ou desvalorização desses ativos.

- **Recuperação de propriedades e equipamentos**

Com base em fluxos de caixa futuros a Companhia avalia a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas suas atividades e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

- **Revisão da vida útil**

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas pela Administração e quando necessário são contratados consultores externos para itens específicos.

- **Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

5.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.276	8.137	5.276	8.137
Títulos e Valores Mobiliários	1.616	8.878	1.616	8.878
Contas a Receber, Líquidas	210.017	190.374	210.017	190.374
Total	216.909	207.389	216.909	207.389
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos - Circulante e Não Circulante	200.004	232.561	204.617	239.269
Contas a pagar e Fornecedores	123.809	135.350	123.809	135.350
Debêntures a pagar	73.994	-	73.994	-
Dividendos a Pagar	47.943	33.705	47.943	33.705
Total	445.750	401.616	450.363	408.324

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- b) A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

5.2 Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Companhia só possui instrumentos financeiros de nível 2 e a mensuração do valor justo é derivado de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

	Nível 2
Empréstimos e Financiamentos	200.004
Valor justo dos derivativos	4

5.3 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, derivativos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, para financiamentos juntos ao BNDES e para as demais linhas de empréstimos e financiamentos nacionais e aplicações financeiras em moeda nacional, a variação do CDI. Para linhas de crédito em moeda estrangeira os principais riscos estão associados à variação cambial e a variação da taxa libor.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos e financiamentos a Companhia possui linhas de FINAME, Capital de Giro, FINIMP, Pré-Pagamento de Exportação e Adiantamentos de Contrato Câmbio - ACC, todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresentam diferenças significativas para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,40% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		CDI	8,40%	6,30%	4,20%
Aplicação Financeira Posição 31.12.2012	1.616		136	102	68

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de dezembro de 2012, foi definido o cenário provável que impactaria os resultados futuros, e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para ser liquidado a partir de 2013. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Correção da TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
Financiamentos – BNDES	TJLP	308	385	462
		-	-	-
Variação cambial		6,00%	7,50%	9,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	US\$	7.611	9.513	11.416
Alteração no CDI		8,40%	10,50%	12,60%
Empréstimos e Financiamentos em reais		16.796	20.995	25.195

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012 de R\$2,0435 por US\$1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários:

- Cenário 1: (25% de valorização do real) taxa de R\$1,5326 por US\$1,00;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) taxa de R\$1,0218 por US\$1,00;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) taxa de R\$2,5544 por US\$1,00;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) taxa de R\$3,0653 por US\$1,00;

5.4 Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

a) Contratos de NDF (Non Deliverable Forward)

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui contratos dessa modalidade, cujo valor contratado era US\$2.222.222 com vencimento até dezembro de 2013 e posição comprada em dólar. A Companhia contratou esta operação com o objetivo de transformar passivos denominados em dólares (US\$) para reais (BRL). Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

Risco		Valor de referência-média do dólar futuro	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
			-25%	-50%	25%	50%
Flutuação do dólar		2,1160	1,5870	1,0580	2,6450	3,1740
		2.222	2.222	2.222	2.222	2.222
Posição na moeda funcional BRL		4.702	3.527	2.351	5.878	7.053
Dólar contratado						
	2,0530	185	380	380	380	380
	2,0610	185	382	382	382	382
	2,0700	185	383	383	383	383
	2,0820	185	386	386	386	386
	2,0940	185	388	388	388	388
	2,1060	185	390	390	390	390
	2,1190	185	392	392	392	392
	2,1320	185	395	395	395	395
	2,1430	185	397	397	397	397
	2,1560	185	399	399	399	399
	2,1700	185	402	402	402	402
	2,1820	185	404	404	404	404
	2.222	4.698	4.698	4.698	4.698	4.698
Ajustes em relação ao valor de referência na moeda funcional em 31/12/2012		4	(1.171)	(2.347)	1.180	2.355

Valor Justo

Os resultados gerados pelos contratos de derivativos registrados em resultado financeiro em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram de R\$4 e R\$305 respectivamente.

5.5 Fatores de Risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas, considerando que não são realizadas quaisquer nenhuma operações com instrumentos financeiros derivativos alavancados.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que a mesma adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Está demonstrada a seguir a exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos:		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>114.830</i>	<i>137.431</i>
<i>Euro</i>	<i>11.709</i>	<i>10.922</i>
Total (1)	126.539	148.353
Disponibilidades e conta a receber:		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>16.522</i>	<i>10.693</i>
<i>Euro</i>	<i>8</i>	<i>8</i>
Total (2)	16.530	10.701
Exposição líquida (1 - 2):		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>98.308</i>	<i>126.738</i>
<i>Euro</i>	<i>11.701</i>	<i>10.914</i>
Total	110.009	137.652

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólida.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos ambientais

a) Atividade Florestal/Industrial

A Divisão Florestal declara em sua Política Ambiental, que assume princípios em suas ações para preservação e conservação do meio ambiente e na sua Missão, Visão, Valores o bom relacionamento com as comunidades do entorno:

Poluição do ar: controlada e verificada por meio de medições periódicas realizadas nas máquinas, equipamentos e geradores que desenvolvem as atividades florestais, cumprindo os níveis determinados por lei estadual.

Recursos hídricos: Quantidade: por meio da obtenção da outorga de uso de água, é controlado o volume utilizado e descartado nos efluentes. Qualidade: realizadas amostragens e análises periódicas na montante, efluentes e jusante, comparando com padrões de legislação federal e estadual, a captação de água para abastecimento das fábricas obedece à legislação ambiental de cada localidade e às licenças de operação das Unidades.

Conservação dos solos: Realizados monitoramentos mensais, e posterior tomada de ações para mitigar possíveis impactos negativos causados pelas atividades florestais.

Ativos florestais: por meio de rondas diárias e monitoramentos são realizados controles para proteção contra pragas, incêndios e plantas daninhas.

Biodiversidade: São mantidas matas naturais, entremeadas com plantios de eucalipto, em cumprimento a legislação federal nas formas de APP (Área de Preservação Permanente) e Reserva Legal.

Resíduos e rejeitos: O armazenamento, descarte e controle é realizado por meio de um gestão de resíduos que permite dar destino correto à todos os resíduos gerados nas atividades florestais, para empresas habilitadas e licenciadas pelo órgão ambiental, seguindo as legislações estaduais e federais.

Comunidades do entorno: Abertura de canal de diálogo participativo com as comunidades diretamente afetadas pelas atividades florestais, três meses antes de iniciar os trabalhos para levantamento dos impactos positivos e negativos da atividade na comunidade e possíveis forma de mitigação, por meio de geração de emprego, Educação Ambiental, entre outros.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2012:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Fornecedores	93.264	1.100	733	733	-	-	-	-	95.830
Financiamentos	146.924	26.210	9.990	8.488	7.392	503	452	45	200.004
Total	240.188	27.310	10.723	9.221	7.392	503	452	45	295.834

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (Nota 18), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Nota 6 e 7), e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Eucatex é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face a manutenção da liquidez da Companhia e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	-	227.905	200.004	232.561
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	-	(8.890)	(6.892)	(17.015)
Dívida líquida	-	219.015	193.112	215.546
Patrimônio líquido	1.068.651	997.220	1.068.651	997.220
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.068.651	1.216.235	1.261.763	1.212.766
Índice de alavancagem financeira	0%	22%	18%	22%

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Numerários	-	131	197	223
Bancos conta movimento	-	4.894	5.079	7.914
Total	-	5.025	5.276	8.137

Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos imediatamente imobilizáveis, as aplicações financeiras em investimentos com risco insignificante de alteração de valor em reais indexadas à taxa dos certificados de depósitos interbancários (taxa "DI" ou "CDI") com prazo inferior a três meses.

7. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ações	-	619	355	675
Título de capitalização	-	1.000	1.000	1.000
Derivativos	-	305	4	305
Aplicações em CDB	-	1.941	257	6.898
Total	-	3.865	1.616	8.878

Os registros efetuados nesta rubrica referem-se a títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco disponíveis para venda, representado principalmente por certificados de depósitos bancários remunerados com base na variação do CDI.

Investimentos de curto prazo - CDB

Nesta rubrica estão registrados os títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, representado principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados com base na variação do rendimento médio de Depósito Interbancário (CDI) de 101%.

Títulos de capitalização

A Companhia possui título de capitalização obtido junto ao banco Bradesco no valor de R\$1.000.000 (hum milhão de reais) em 29 de dezembro de 2011, com prazo vigente de 24 meses. O valor do resgate antecipado é proporcional ao valor pago e será atualizado pela TR aplicada às cadernetas de poupança.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cientes Nacionais	47	119.669	219.571	190.355
AVP de Clientes	(170)	-	(1.768)	-
Cientes Exterior	5.711	7.046	15.268	9.699
Cessão de Crédito (1)	-	(6.563)	(20.328)	(6.563)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(2.283)	(2.726)	(3.117)
Total	5.588	117.869	210.017	190.374
Ativo Circulante	5.588	117.187	204.091	184.545
Ativo Não Circulante	-	682	5.926	5.829
Total	5.588	117.869	210.017	190.374

- 1) O montante de R\$ 20.328 de cessão de crédito junto às instituições financeiras, nas modalidades “com e/ou sem” qualquer direito de regresso e coobrigação, exceto pelo não cumprimento de condições comerciais inerentes ao processo de venda. Em 31 de dezembro de 2012 não há qualquer ato ou fato que possa ensejar opção pela devolução ou o não pagamento de qualquer dos créditos. Os juros médios incidentes nesta operação são de 0,95% a.m, registrados na rubrica “Despesas financeiras”.

Conforme informado na Nota 18 – Empréstimos e financiamentos, a Companhia possui aproximadamente 50% do saldo de duplicatas a receber de clientes nacionais oferecidos como garantia na obtenção de empréstimos e financiamentos.

- a) A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	1.951	114.849	199.291	185.318
Vencidos até 30 dias	1.864	2.668	6.969	4.575
Vencidos de 31 a 60 dias	1.481	357	2.099	408
Vencidos de 61 a 90 dias	332	59	1.609	86
Vencidos de 91 a 180 dias	130	1.333	675	1.384
Vencidos a mais de 180 dias	-	886	3.868	1.720
TOTAL	5.758	120.152	214.512	193.491

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito de acordo com o perfil

analisado com base em informações financeiras e dados do SERASA e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	-	(3.206)	(3.117)	(3.756)
Adições	-	(1.772)	-	(2.143)
Baixa	-	2.695	391	2.782
Saldo Final	-	(2.283)	(2.726)	(3.117)

9. Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos Acabados	1.357	29.960	40.931	42.269
Produtos Semi-acabados	-	13.825	19.906	14.063
Mercadoria para Revenda	-	76	73	138
Produtos em Elaboração	-	3.360	5.771	6.848
Materiais poder de Terceiros	-	4.401	4.854	4.486
Matéria-prima	-	16.098	26.531	21.074
Almoxarifado e Outros	-	10.543	10.884	12.462
Adiantamento Fornecedores	-	1.306	3.518	3.946
Provisão para perda na recuperação de ativos	-	(1.500)	(1.125)	(1.500)
Total	1.357	78.069	111.343	103.786

Provisões para perdas no grupo de estoques: são constituídas provisões para cobrir eventuais perdas com itens de baixa movimentação e sem previsão de uso definido por meio do programa de vendas.

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2011	1.500	1.500
Transferência - conferência de ativos	1.500	-
Reversão	-	375
Saldo em 31.12.2012	-	1.125

10. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) (1)	30	19.004	18.873	22.107
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	96	53	236	168
PIS/COFINS	581	2.413	595	2.414
IRPJ/CSLL - Corrente (2)	2.556	5.354	4.779	7.408
Outros Impostos	1	153	5.963	3.593
Total	3.264	26.977	30.446	35.690
Circulante	3.264	18.187	24.191	26.900
Não Circulante	-	8.790	6.255	8.790
Total	3.264	26.977	30.446	35.690

(1) Representado, principalmente, pelos créditos relativos às aquisições de ativo imobilizado utilizados no setor produtivo, descontados a valor presente, os quais estão sendo utilizados à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente. O cálculo do ajuste a valor presente foi realizado em 31 de dezembro de 2012 e monta em R\$966 (R\$3.795 em 31 de dezembro de 2011);

(2) Os valores de IRPJ/CSLL correspondem às antecipações feitas no período, através do levantamento dos balancetes de redução/suspensão que serão compensadas no pagamento do lucro real anual.

a) Prazo de realização do ICMS a Longo Prazo

Consolidado	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	5.274
2014	1.116	2.725
2015	3.019	791
2016	2.120	-
Total	6.255	8.790

11. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Precatórios a Receber (1)	-	12.820	13.320	16.396
Adiantamento de Folha de Pagamento	-	1.980	2.677	2.615
Créditos Diversos	-	3.944	4.113	3.944
Total	-	18.744	20.110	22.955
Circulante	-	2.002	2.873	2.637
Não Circulante	-	16.742	17.237	20.318
Total	-	18.744	20.110	22.955

(1) Refere-se a créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010, respectivamente contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP. A Administração com base em estudos e suportes de seus assessores jurídicos espera realizar estes valores no mínimo pelos montantes registrados em um prazo superior a 01 ano.

12. Propriedade para investimentos

O saldo de R\$27.986 (R\$28.250 em 2011) refere-se a uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada “Rancho Feliz”, com metragem aproximada de 2,0 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com empresas do setor imobiliário para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

A área a ser comercializada, após realização da infra-estrutura, será de aproximadamente 1,2 milhões de m². O VGV (Valor Geral de Vendas) equivalente a um montante estimado do projeto de R\$250 milhões e a Companhia terá 38% livre de ônus sobre esse total, cujo valor presente representa um montante entre R\$60 e R\$70 milhões.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de sete anos.

13. Investimentos

A Companhia participa indiretamente na empresa AD Argilas Descorantes Ltda., *Eucatex of North America Inc.* - ENA, Eucatex Comercial e Logística Ltda., Eucatex Distribuição e Logística Ltda. e Novo Prisma Agro Florestal Ltda. em 99,9%, por meio da sociedade ECTX S/A, na Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., em 2,07%, por intermédio da sociedade Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda. e na Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., e na Eucatex Nordeste Indústria e Comércio Ltda., em 99% por meio da sociedade Eucatex Imobiliária Ltda.

Os lucros não realizados nas vendas de controladas para a controladora foram eliminados no cálculo da equivalência patrimonial:

a) Informações relativas às controladas:

Descrição	Participações					Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos		
	Pais Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem	Capital Social	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Patrimônio Líquido	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Eucatex Tintas e Venizes Ltda.	Brasil	85.895	97,93	87.709	14.038	67.016	13.670	8.001	65.646	51.898
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	Brasil	899	99,99	899	79	1.815	79	(64)	1.815	1.736
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100,00	177	38	1.223	38	(421)	-	761
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	Brasil	25.045	100,00	25.045	63	18.146	63	17	-	1.282
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	Brasil	100	100,00	100	2.498	11.141	2.498	7.046	-	12.715
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	Brasil	134.351	100,00	134.351	1.611	168.355	1.684	14.003	-	152.479
Eucatex Imobiliária Ltda.	Brasil	279.432	100,00	279.432	18.939	514.250	18.747	43.473	513.820	495.073
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Brasil	100	99,00	100	315	466	312	50	461	149
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	Brasil	100	99,00	100	(121)	(31)	(120)	(10)	(31)	89
AD Argilas Descorantes Ltda.	Brasil	5.223	100,00	5.223	(1)	(18)	(2)	(2)	(18)	(16)
ECTX S/A.	Brasil	554.319	91,73	554.319	24.108	578.439	22.632	-	530.587	1
							59.601	72.093	1.112.280	716.167

b) Movimentação dos investimentos na controladora:

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Equivalência Patrimonial	Variação Cambial	Aporte	Baixas de investimentos	Lucro/(Prejuízo) não realizados em controladas	Saldo em 31.12.2011
Eucatex Tintas e Venizes Ltda.	44.096	8.001	-	-	-	(199)	51.898
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	1.800	(64)	-	-	-	-	1.736
Eucatex of North America, Inc..	1.119	(421)	63	-	-	-	761
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	1.265	17	-	-	-	-	1.282
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	5.669	7.046	-	-	-	-	12.715
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	10	14.003	-	138.466	-	-	152.479
Eucatex Agro-Florestal Ltda.	590.089	43.473	-	-	(138.466)	(23)	495.073
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	99	50	-	-	-	-	149
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	99	(10)	-	-	-	-	89
AD Argilas Descorantes Ltda.	(14)	(2)	-	-	-	-	(16)
ECTX S/A.	-	-	-	1	-	-	1
	644.232	72.093	63	138.467	(138.466)	(222)	716.167

Descrição	Saldo em 31.12.2011	Equivalência Patrimonial	Variação Cambial	Aporte	Baixas de investimentos	Lucros/Prejuízos não realizados em controladas	Saldo em 31.12.2012
Eucatex Tintas e Venizes Ltda.	51.898	13.670	-	-	-	78	65.646
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	1.736	79	-	-	-	-	1.815
Eucatex of North America, Inc.	761	38	63	-	(862)	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	1.282	63	-	-	(1.345)	-	-
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	12.715	2.498	-	-	(15.213)	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	152.479	1.684	-	-	(154.090)	(73)	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	495.073	18.747	-	-	-	-	513.820
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	149	312	-	-	-	-	461
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	89	(120)	-	-	-	-	(31)
AD Argilas Descorantes Ltda.	(16)	(2)	-	-	-	-	(18)
ECTX S/A.	1	22.632	-	507.954	-	-	530.587
	716.167	59.601	63	507.954	(171.510)	5	1.112.280

14. Partes Relacionadas

a) Transações com sociedades relacionadas

	Controladora				Consolidado			
	Contratos de partes relacionadas – ativos		Contratos de partes relacionadas- passivos		Receitas - juros de partes relacionadas		Despesas - juros de partes relacionadas	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Eucatex S.A.	-	-	-	-	3.705	4.930	10.490	13.563
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	796	-	-	12	182	88	170
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	-	20.386	4.941	431	3.648	192
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda.	-	46.134	-	-	7.987	10.360	3.776	5.166
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-	-	-	2	2
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	-	-	-	19	86	145	848	-
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	-	73.571	5.635	8.298	6.241	10.351
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	-	45.464	7.644	5.135	108	-
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	-	-	-	-	-	-	96	4
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	109	-	-	26	-	-	33
ECTX S/A	-	-	16.870	1	1.522	-	6.261	-
Total	-	47.039	16.870	139.441	31.558	29.481	31.558	29.481

	Controladora		Consolidado			
	Contas a receber		Compras de matérias-primas e insumos		Receitas de vendas	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Eucatex S.A.	-	-	68.202	115.075	80.845	27.101
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda.	-	-	-	-	-	4.273
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	6.490	9.194	25.465	5.896	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	-	-	-	-	39.075	20.852
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda.	-	-	82	4.310	139.784	140.030
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	-	-	60.714	-	132	-
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	53.157	96.144	265	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	6	-	10.092	29.169
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	-	-	-	-	-	-
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-
ECTX S/A	-	-	145.835	-	83.268	-
Total	6.490	9.194	353.461	221.425	353.461	221.425

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes. Estas operações são realizadas entre a controladora e suas controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para *Eucatex of North America Inc.* e de pisos, portas e tintas e vernizes para Eucatex Distribuição e Logística Ltda.. Já em relação às compras de insumos as controladas Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., são fornecedores, de matérias-primas tintas e vernizes e madeira em pé, respectivamente para sua controladora Eucatex S.A.

Conforme mencionado na Nota 23 - “Contas a pagar” a Companhia possuía obrigações com acionistas em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$12.521 e em 31 de dezembro de 2011 R\$15.765.

b) Transações com outras partes relacionadas – não consolidadas

Descrição das partes relacionadas	Tipo de transação	Contas a Pagar 31/12/2012	Total Pago em 2012
PASAMA (Pasama Consultoria Empresarial Ltda)	Consultoria empresarial	-	619
Brascorp Participações Ltda.	Locação de helicóptero	66	723
Ideias Consultoria Ltda.	Consultoria empresarial	20	206
Total		86	1.548

As operações com a Pasama Consultoria Empresarial e com a Ideias Consultoria Empresarial referem-se a serviços prestados no suporte a gestão dos negócios do grupo. Em relação a Brascorp trata-se de locação de helicóptero para uso da Diretoria operacional nas visitas as fazenda e outras áreas distantes.

c) Remuneração da administração

Em Assembléia Geral Ordinária (AGO) foi aprovado o limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia no montante de R\$ 10.000. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração, R\$7.393 (R\$6.898 em 31 de dezembro de 2011).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Honorários do Conselho de Administração	44	41	80	41
Honorários da Diretoria Estatutária	3.407	6.857	7.313	6.857
Total	3.451	6.898	7.393	6.898

Não há benefícios adicionais para a administração.

15. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação de eucalipto que são utilizadas como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía através das suas subsidiárias integral Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. aproximadamente 27,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (26,9 mil hectares em 31 de dezembro de 2011), que são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto.

Devido a dificuldade em identificar a existência de um mercado ativo ou mercado ativo relevante para o ativo biológico analisado, a Companhia optou por mensurar o valor justo do ativo biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de Desconto: taxa corrente de mercado apropriada para trazer os fluxos de caixa considerados a valores presentes nas datas de mensuração.
- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizada pela Companhia. O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$43,36/m³ (R\$46,64/m³ em 2011). A taxa de desconto utilizada foi de 5,48% e 7,8%, em 2012 e 2011 respectivamente, antes do imposto de renda e descontada a inflação.
- Volumes – consideram o ciclo médio de colheita de 7 anos, e foram projetados com base na produtividade média considerando o (“IMA” – Incremento Médio Anual) de 50m³ / hectares. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos ao final de cada exercício/período.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada e aprovada pela administração.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2011	258.337	Saldo em 31/12/2010	223.696
Cortes efetuados no exercício	(50.288)	Cortes efetuados no exercício	(50.388)
Ganho na atualização do valor justo	41.830	Ganho na atualização do valor justo	43.637
Adições	46.099	Adições	41.392
Saldo em 31/12/2012	295.978	Saldo em 31/12/2011	258.337

A partir de 2012, para uma melhor análise do resultado da Companhia, a administração decidiu classificar o resultado da variação do valor justo do ativo biológico em rubrica própria na demonstração de resultado, nos períodos de 2011 a classificação era feita na rubrica outros resultados operacionais.

16. Imobilizado

a) Composição e Movimentação

CONTROLADORA	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	625	69.974	489.120	60.195	1.202	2.791	1.010	624.917
Aquisições	-	(17)	5.135	97.974	373	-	52	103.517
Baixas	-	(155)	(265)	-	-	(167)	-	(587)
Depreciações	-	(3.040)	(39.604)	-	(226)	(508)	(180)	(43.558)
Transferências	-	240	34.455	(34.067)	(78)	(864)	371	57
Saldo contábil, líquido	625	67.002	488.841	124.102	1.271	1.252	1.253	684.346
Saldo inicial em 31/12/2011								
Custo	625	102.330	787.486	124.102	3.779	4.530	2.381	1.025.233
Depreciação acumulada	-	(35.327)	(298.645)	-	(2.508)	(3.279)	(1.128)	(340.887)
Saldo contábil, líquido	625	67.002	488.841	124.102	1.271	1.252	1.253	684.346
Em 31/12/2012								
Saldo inicial	625	67.002	488.841	124.102	1.271	1.252	1.253	684.346
Aquisições	-	14	1.427	50.556	102	-	24	52.123
Baixas	-	-	-	(80)	-	(53)	-	(133)
Drop Down	(625)	(65.072)	(471.284)	(171.073)	(1.243)	(967)	(1.186)	(711.449)
Depreciações	-	(1.945)	(18.964)	-	(119)	(236)	(96)	(21.360)
Transferências	-	-	(4)	-	(6)	4	6	-
Saldo contábil, líquido	-	-	16	3.505	5	-	1	3.527
Saldo inicial em 31/12/2012								
Custo	-	-	16	3.505	5	-	1	3.527
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	-	-	16	3.505	5	-	1	3.527

CONSOLIDADO	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	331.980	88.515	493.332	62.356	1.279	2.860	1.012	981.334
Aquisições	-	(13)	5.181	100.004	388	-	52	105.612
Baixas	(33)	(145)	(278)	(335)	(1)	(167)	-	(959)
Depreciações	-	(3.721)	(40.238)	-	(241)	(548)	(183)	(44.931)
Transferências	-	544	35.972	(36.068)	(69)	(705)	397	71
Saldo contábil, líquido	331.947	85.180	493.969	125.957	1.356	1.440	1.278	1.041.127
Saldo inicial em 31/12/2011								
Custo	331.947	137.581	808.189	125.957	4.363	5.140	2.410	1.415.587
Depreciação acumulada	-	(52.401)	(314.220)	-	(3.007)	(3.700)	(1.132)	(374.460)
Saldo contábil, líquido	331.947	85.180	493.969	125.957	1.356	1.440	1.278	1.041.127
Em 31/12/2012								
Saldo inicial	331.947	85.180	493.969	125.957	1.356	1.440	1.278	1.041.127
Aquisições	-	14	3.887	68.098	247	-	31	72.277
Baixas	-	-	(3)	(180)	-	(121)	-	(304)
Depreciações	-	(4.959)	(43.114)	-	(277)	(887)	(276)	(49.513)
Transferências	18.243	1.644	143.720	(172.488)	178	7.147	1.556	-
Saldo contábil, líquido	350.190	81.879	598.459	21.387	1.504	7.579	2.589	1.063.587
Saldo inicial em 31/12/2012								
Custo	350.190	139.239	955.794	21.387	4.788	12.166	3.997	1.487.561
Depreciação acumulada	-	(57.360)	(357.335)	-	(3.284)	(4.587)	(1.408)	(423.974)
Saldo contábil, líquido	350.190	81.879	598.459	21.387	1.504	7.579	2.589	1.063.587

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente a construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, a construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, quando possível mensurar com segurança através de suas linhas de financiamento.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso

pretendido. Em 31 de dezembro de 2012 não houve capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

c) Método de depreciação

Apresentamos a seguir as taxas médias anuais.

Taxas anuais de Depreciação	Taxa
Edifícios e Benfeitorias	3,68%
Máquinas, Equipamentos e Instalações	5,60%
Móveis e Utensílios	9,41%
Veículos	10% a 20%
Outros Ativos	12,14%

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

A Companhia preparou, para as datas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 análises do Valor em Uso de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) com base nos respectivos Fluxos de Caixa Descontados, os quais foram preparados de acordo com os planos de negócios aprovados pela administração. Com base nos estudos, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir os valores de realização dos respectivos ativos.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

17. Intangível

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Software	Marcas e Patentes	Total	Software	Marcas e Patentes	Total
Em 31/12/2011						
Saldo inicial	138	435	573	270	464	734
Aquisições	1	-	1	1	-	1
Baixas	(7)	(4)	(11)	(7)	(4)	(11)
Amortização	(41)	(56)	(97)	(99)	(69)	(168)
Saldo contábil, líquido	91	375	466	165	391	556
Saldo inicial em 31/12/2011						
Custo	1.566	827	2.393	2.141	1.020	3.161
Amortização acumulada	(1.475)	(452)	(1.927)	(1.976)	(629)	(2.605)
Saldo contábil, líquido	91	375	466	165	391	556
Em 31/12/2012						
Saldo inicial	91	375	466	165	391	556
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Drop down	(73)	(349)	(422)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(18)	(26)	(44)	(77)	(65)	(142)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	88	326	414
Saldo inicial em 31/12/2012						
Custo	-	-	-	661	948	1.609
Amortização acumulada	-	-	-	(573)	(622)	(1.195)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	88	326	414
Taxa média de amortização	20%	10%		20%	10%	

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade		Moeda	Vencimento	Encargos	Amortização	Garantia	Controladora		Consolidado	
							31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante										
Capital de Giro		Real	dez/2012	100% CDI + 3,20% a.a	Única	Duplicatas	-	49.269	6.787	49.272
Crédito Rural		Real	dez/2012	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	-	1.398	1.554	1.398
Finame		Real	dez/2012	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	-	2.023	1.362	2.023
SACE (2)		EUR	dez/2012	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	-	3.328	4.722	3.328
Finimp		Dólar	dez/2012	5,05 % a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	-	24.165	13.475	28.818
CCE AGRO		Dólar	dez/2012	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	-	3.140	4.540	3.140
CCE/ Real		Real	dez/2012	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	-	5.393	36.342	5.393
ACC/Pré-Pagamento		Dólar	dez/2012	5,10% a.a à 5,4% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	-	42.821	54.450	42.821
Pré-Pagamento Exportação (1)		Dólar	dez/2012	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota Promissória	-	10.495	23.692	10.495
Total Circulante							-	142.032	146.924	146.688
Não Circulante										
Capital de Giro		Real	mar/2013	100% CDI + 3,20% a.a	Única	Duplicatas	-	4.500	-	4.500
Crédito Rural		Real	set/2014	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	-	1.860	844	1.860
Finimp		Dólar	jul/2013	5,05 % a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	-	2.695	2.877	2.695
CCE/ Real		Real	set/2014	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	-	14.667	14.557	14.667
CCE AGRO		Dólar	set/2014	100% CDI + 3,20% a.a	Mensal	Duplicatas	-	7.292	3.406	7.292
Finame		Real	jun/2020	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	-	5.095	3.768	5.095
SACE (2)		Euro	fev/2016	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	-	7.494	6.987	7.494
Pré-Pagamento Exportação (1)		Dólar	dez/2017	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota Promissória	-	31.604	20.641	31.604
ACC/Pré-Pagamento		Dólar	ago/2013	5,10% a.a à 5,4% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	-	10.666	-	10.666
Total Não Circulante							-	85.873	53.080	85.873
Total Geral							-	227.905	200.004	232.561

(1) Refere-se a contratos de pré-pagamento de exportação junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S/A, renegociado no plano de recuperação judicial aprovado em 19/09/2007, com amortização em 28 parcelas trimestrais após um período de carência de três anos, com taxa de juros LIBOR de seis meses. Os saldos das operações de empréstimo estão registrados de acordo com os atos aprovados na Assembléia Geral de Credores, que aprovou o plano de recuperação judicial. Durante o exercício de 2012 não foram feitos pagamentos ao Deutsche

Bank, contudo a Companhia recebeu um “waiver” formal da instituição em novembro de 2012, o qual será cobrado juros acima dos pré-acordados sobre as parcelas vencidas.

(2) A Companhia obteve financiamento de equipamento junto aos seus fornecedores, que obtém em seus países de origem linhas de bancos oficiais, com custos competitivos e prazos adequados.

Como garantia dos empréstimos e dos financiamentos foram oferecidos, máquinas e equipamentos e a fazenda Santa Terezinha que possui o valor justo de R\$82.500 em 31 de dezembro de 2012. Além desses a Companhia ofereceu como garantia aproximadamente 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais.

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	41.862
2014	26.210	21.338
2015	9.990	7.660
2016	8.488	7.181
2017	7.392	6.826
2018	503	506
2019	452	455
2020	45	45
Total	53.080	85.873

19. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Moeda Nacional	5.059	65.734	94.012	89.975
Moeda Estrangeira	-	2.657	1.818	11.970
Total	5.059	68.391	95.830	101.945
Circulante	5.059	68.391	93.350	101.945
Não Circulante	-	-	2.566	-
Total	5.059	68.391	95.916	101.945

20. Obrigações trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PLR a Pagar	-	4.070	5.331	5.330
INSS a Recolher	-	2.181	5.530	4.140
FGTS a Recolher	-	640	863	810
Provisão de Férias e Encargos	-	11.135	14.418	14.026
Total	-	18.026	26.142	24.306

21. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IPI	180	2.032	195	2.032
PIS/COFINS	-	1.133	3.125	2.016
ICMS	1.137	1.550	3.001	3.442
ISS	-	68	75	99
IRPJ/CSLL	2.594	7.360	6.111	9.753
Total	3.911	12.143	12.507	17.342

22. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PPI-ICMS	-	4.375	3.620	4.375
REFIS IV	-	88.481	99.774	120.413
Outros	-	-	5.065	-
Total	-	92.856	108.459	124.788
Passivo Circulante	-	21.935	35.482	28.480
Passivo Não Circulante	-	70.921	72.977	96.308
Total	-	92.856	108.459	124.788

Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial “REFIS IV” na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal no montante de R\$355.694. O impacto líquido da atualização do passivo tributário reduzido pelo valor do pagamento com prejuízos fiscais e redução de multa e juros foi no montante de R\$175.218 registrado na rubrica “Outras receitas e despesas operacionais” no referido exercício de 2009. A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parcelados e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

Segue abertura dos valores estimados para o desembolso anual:

Cronograma de Desembolso REFIS IV	Consolidado
	31/12/2012
2013	9.071
2014	9.071
2015	9.071
2016	9.071
2017	9.070
2018	9.070
2019	9.070
2020	9.070
2021	9.070
2022	9.070
2023	9.070
Total	99.774

23. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Energia Elétrica	-	2.472	2.397	2.472
Fretes a Pagar	-	3.560	3.436	4.941
Comissões a pagar	171	2.394	2.549	3.075
Obrigações com Acionistas (1)	-	15.765	12.521	15.765
Outras	941	6.886	7.076	7.152
Total	1.112	31.077	27.979	33.405

(1) Como parte do plano de recuperação judicial, a Companhia é garantidora de um preço mínimo de R\$7,747 por ação preferencial, atualizado pela variação do CDI, com relação às ações preferenciais oriundas da conversão das debêntures.

Os acionistas detentores destas ações preferenciais, quando da alienação das ações em até quatro anos da data de publicação da homologação do plano de recuperação judicial, têm o direito de requerer a diferença entre o preço mínimo base estabelecido e o valor negociado das ações se a venda for realizada por um preço inferior ao preço mínimo.

Como garantia da obrigação assumida foi oferecida uma fazenda de propriedade da controlada Eucatex Imobiliária Ltda., com área de 2.139,47 hectares, cujo valor justo é de R\$34,8 milhões em 31 de dezembro de 2012.

24. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus

assessores legais e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2012, encontra-se provisionado no Consolidado o montante de R\$28.238 (R\$77.246 em dezembro de 2011), o qual, conforme a Administração baseada na opinião de seus assessores legais julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos Estaduais	-	69.564	11.528	69.564
Impostos e Contribuições Federais	-	4.554	14.942	5.531
Provisões Trabalhistas	-	1.326	1.764	1.764
Provisões Cíveis e Outras	-	387	4	387
Total da Provisão para demandas judiciais	-	75.831	28.238	77.246
(-) Depósitos judiciais	(28)	(6.685)	(9.513)	(7.915)
Total Provisão para demandas judiciais líquidas	(28)	69.146	18.725	69.331

As movimentações na provisão para demandas judiciais líquidas estão sumarizadas a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2011	69.806	(663)	3	69.146
Adição	7.975	-	-	7.975
Atualização Monetária e Juros	4.564	-	-	4.564
Provisão para ICMS (Reversão)	(62.543)	-	-	(62.543)
Conferência de ativos e passivos - "Drop Down"	(24.499)	(1.325)	(3)	(25.827)
Saldo Final em 31.12.2012	(4.697)	(1.988)	-	(6.685)
Depósitos Judiciais	(636)	(369)	-	(1.005)
Conferência de ativos e passivos - "Drop Down"	5.331	2.331	-	7.662
Provisão para demandas judiciais líquidas	(2)	(26)	-	(28)

Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2011	69.895	(567)	3	69.331
Adição	7.975	-	-	7.975
Atualização Monetária e Juros	5.507	-	1	5.508
Provisão para ICMS (Reversão)	(62.543)	-	-	(62.543)
Saldo Final em 31.12.2012	20.834	(567)	4	20.271
Depósitos Judiciais	(694)	(852)	-	(1.546)
Provisão para demandas judiciais líquidas	20.140	(1.419)	4	18.725

Impostos estaduais

A reversão registrada na conta provisão para demandas judiciais líquidas em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$62.543, refere-se à decadência de débitos de ICMS decorrentes de encargos financeiros apurados nos exercícios de 1986 a 1996, e utilizados para compensação com impostos correntes. A discussão judicial sobre o direito ao crédito encontra-se pacificada através de trânsito em julgado, sem expressa definição quanto ao lapso temporal do direito de 5 ou 10 anos. Em janeiro de 2011 a Companhia obteve decisão administrativa final em auto de infração de créditos de ICMS, que prevaleceu direito dos créditos decorrentes de agosto de 1991 à agosto de 1996 (5 anos). Embora tenha transitado em julgado a Companhia é requerida em diversos processos administrativos que discutem débitos compensados por meio destes créditos de ICMS, para os quais, em sua totalidade, não possuem provimento judicial ou administrativo definitivo, cujo procedimento está suportado por seus assessores legais.

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Estas ações determinam um risco máximo total de R\$1.764. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2012 são: tributário R\$107.191, previdenciários R\$20.222, civil R\$10.253 e trabalhistas R\$12.014.

25. Debêntures

Em 18 de abril de 2012 a Companhia aprovou em assembléia geral extraordinária realização de emissão pública de 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures simples ao valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), equivalentes a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) na data da emissão, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, a serem ofertadas publicamente com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme de subscrição e com vencimento em 5 (cinco) anos contados da data da emissão, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Os recursos captados por meio de Oferta Restrita foram utilizados pela Emissora para reforçar seu capital de giro e para alteração do perfil das dívidas de curto prazo da Emissora.

Características Gerais das debêntures

Composição	Data da Emissão	Tipo da Emissão	Vencimento	Quantidade de Debêntures	Valor Nominal	Valor da Emissão	Custo da Emissão	Encargos Financeiros Anuais	Amortização do Principal	Saldo em 31/12/2012
6ª Emissão	1/6/2012	privada não conversíveis	1/6/2017	7.500	10.000	R\$ 75.000.000,00	R\$ 1.837.724,74	100% da taxa DI + juros de 3,6% a.a base 252 dias úteis pagos semestralmente, a partir da data da Emissão	6 parcelas semestrais a partir de dezembro de 2014	R\$ 73.994.173,16

26. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS				
Receita com avp	1.935	-	4.722	1.132
Receita com derivativos	2.215	-	2.399	-
Receita com descontos concedidos, obtidos	129	401	782	606
Receita com juros	554	6.316	1.524	6.475
Receita com juros partes relacionadas	3.705	4.930	-	-
Receita com variação cambial	7.131	17.055	9.632	19.017
Receita com variação monetária dos empréstimos	3.188	-	4.782	-
Outras Receitas	133	2.942	205	3.418
DESPESAS				
Despesa com avp	(170)	(1.247)	-	(1.368)
Despesa com derivativos	(3.720)	-	(3.687)	-
Despesa com descontos concedidos, obtidos	(1.366)	(2.120)	(2.793)	(2.172)
Despesa com despesas bancárias	(2.400)	(1.574)	(4.586)	(2.411)
Despesa com juros	(11.948)	(23.274)	(23.397)	(26.408)
Despesas com juros partes relacionadas	(10.490)	(13.563)	-	-
Despesa com juros sobre debêntures	(1.822)	-	(6.159)	-
Despesa com variação cambial	(18.317)	(30.646)	(25.661)	(2.079)
Outras Despesas	(749)	(2.083)	(1.079)	(32.404)
Despesa variação monetária dos impostos	(8.806)	(19.093)	(15.430)	(22.587)
Total	(40.798)	(61.955)	(58.746)	(58.780)

27. Imposto de renda e contribuição social

As empresas do grupo Eucatex foram tributadas pelo lucro real, com exceção das controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., as quais foram optantes pelo lucro presumido.

a) Os componentes de impostos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias das provisões para contingências	-	4.611	-	4.611
Total ativo não circulante	-	4.611	-	4.611
Ajustes CPC's/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	(46.251)	(46.251)
Ajustes CPC's/IFRS - alteração da vida útil do imobilizado	(16.463)	(13.098)	(20.192)	(13.477)
Reavaliação de Ativo imobilizado	(5.740)	(7.411)	(5.740)	(7.411)
Total passivo não circulante	(22.203)	(20.509)	(72.183)	(67.139)
Saldo líquido no balanço - passivo	(22.203)	(15.898)	(72.183)	(62.528)

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.746	86.165	114.023	97.830
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	32.214	29.296	38.768	33.262

Adições / Exclusões

Equivalência patrimonial	(20.264)	(24.512)	-	-
Realizações da reserva de reavaliação	2.792	15.474	2.819	15.386
Regime tributário de transição - RTT (Medida provisória nº 449/08 - ajustes da Lei nº 11.638/07)	(4.320)	(7.240)	(7.756)	(7.240)
Provisões/(Reversões) contingências tributárias	(3.942)	(1.431)	(3.942)	(1.431)
Juros sobre capital próprio	(5.783)	(7.633)	(5.783)	(7.633)
Efeitos Tributários - Lucro Presumido de Controladoras (1)	-	-	(5.954)	(4.031)
Outras adições e (exclusões) líquidas	(7.064)	(1.943)	(43.801)	(37.967)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.367)	2.011	(25.649)	(9.654)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	(63)	(3.287)	(15.918)	(15.369)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(6.304)	5.298	(9.731)	5.715
Alíquota efetiva	7%	-2%	22%	10%

- (1) No consolidado estão incluídos os efeitos tributários entre as formas de apuração do lucro real e presumido, devido duas de suas controladas serem optantes pelo lucro presumido.

28. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011, é de R\$488.183, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

b.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 - Reserva para expansão de investimento

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A Administração proporá na Assembléia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

c. Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar corresponde aos efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido.

d. Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos montantes brutos: i) R\$17.010, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$2.597, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$14.413, creditados em 31 de dezembro de 2012. O valor dos juros serão imputados aos dividendos sendo R\$0,1304 por ação ordinária e R\$0,1435 por ação preferencial.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é R\$47.943, sendo R\$14.413 do exercício de 2012 e R\$33.530 dos exercícios de 2011 e 2010.

	2012	2011
Os dividendos em 31 de dezembro foram calculados da seguinte forma		
Lucro líquido do exercício	88.379	88.176
Reserva legal	(4.419)	(4.409)
Constituição da reserva de lucros a realizar (1)	-	20.266
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (2)	(32.710)	(14.548)
Lucro líquido base para dividendos	51.249	89.486
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.812	22.372
Juros sobre capital próprio	17.010	22.450
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre capital próprio	(2.597)	(3.395)
Juros sobre capital próprio a pagar	14.413	19.055
Juros sobre capital próprio aprovados	14.413	19.055
Dividendos propostos	-	3.317
Total de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.413	22.372
Dividendos por ação ordinária em reais	0,1304	0,2278
Dividendos por ação preferencial em reais	0,1435	0,2505

1) *A Reserva de Lucros a realizar refere-se a parcelas vincendas após o período de um ano referente à venda da Fazenda Santa Luzia, no mês de março de 2011 a Companhia antecipou o recebimento das parcelas vincendas, através de cessão de créditos, portanto realizou todo o saldo de reserva de lucros a realizar;*

2) *A Realização de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao impacto líquido no resultado da avaliação pelo valor justo dos ativos biológicos.*

e. Ações em tesouraria

Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

A quantidade de ações em circulação no mercado era de 59.231.903 (cinquenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentas e três). A Companhia poderia recomprar suas ações preferenciais sem valor nominal de emissão da Companhia até o percentual de 10% (dez por cento). O prazo máximo para aquisição é de 12 (doze) meses, com início em 14 de abril de 2011 e término em 14 de abril de 2012. A aquisição de ações foi feita no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia mantinha 483.034 (186.434 em dezembro de 2010) de ações preferenciais em tesouraria. Estas ações são mantidas em tesouraria para alienação futura. O valor de mercado de cada ação preferencial, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$7,90 por ação totalizando R\$3.816.

f. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

Lucro por ação	31/12/2012	31/12/2011
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	88.379	88.176
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	92.136.222	92.203.018
Lucro Básico por ações ordinárias (em reais)	R\$ 0,89	R\$ 0,90
Lucro Básico por ações preferenciais (em reais)	R\$ 0,98	R\$ 0,99

Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

29. Compromissos

A controlada Eucatex Imobiliária Ltda., possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. A forma de pagamento destes compromissos de arrendamentos são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou de acordo com as colheitas através de parcerias com pagamento em madeira. Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas até 31 de dezembro de 2012 corresponderão a um desembolso anual de, aproximadamente, R\$8.000. O vencimento do último contrato será em 2026, sendo que o prazo médio dos contratos é de 12 anos.

Adicionalmente a controlada Eucatex Imobiliária Ltda., assinou contrato de compromisso de compra de madeira em pé com a empresa Suzano Papel e Celulose S/A para fornecimento no período de 2013 a 2014. O valor presente do compromisso futuro do contrato de fornecimento foi de R\$10.125, equivalente ao volume de 225.000 m³.

30. Benefícios a administradores e empregados

a) Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo

empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

b) A Companhia tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e, em 31 de dezembro de 2012, o montante provisionado é de R\$5.331 (R\$5.330 em 31 de dezembro de 2011).

31. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não foram examinadas por nossos auditores independentes:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância
Complexo Industrial/Administração e Estoques	Quaisquer danos materiais à edificação, instalação e máquinas, equipamentos e estoques	R\$945.766
Transportes - importações e exportações	Danos causados aos bens inclusive roubo	US\$1.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto para 41 veículos	R\$2.050

32. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria, os quais estão segmentados entre os produtos-Madeira e Tintas. As operações de Tintas são realizadas no Mercado Interno.

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de dezembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

Descrição	Madeira e outros		Tintas		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida de vendas e serviços	760.507	706.480	202.960	192.639	963.468	899.120
Custos dos produtos e dos serviços prestados	(535.735)	(457.467)	(114.511)	(123.313)	(650.247)	(580.557)
Lucro bruto	224.772	249.013	88.449	69.327	313.221	318.563
% Lucro / ROL	29,6%	35,2%	43,6%	36,0%	32,5%	35,4%

O resultado consolidado considera as eliminações das vendas entre as empresas do grupo.

A Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida.

Na elaboração das informações por segmento a Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

33. Receita Líquida de vendas

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas	489.708	826.506	1.189.976	1.137.671
Mercado interno	449.839	803.830	1.122.616	1.091.884
Mercado externo	46.366	37.570	81.410	64.497
Descontos e abatimentos	(6.497)	(14.894)	(14.050)	(18.710)
Impostos e contribuições sobre vendas	(90.265)	(160.114)	(226.508)	(238.551)
Receita líquida de vendas	399.443	666.392	963.468	899.120

34. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(314.108)	(490.713)	(692.076)	(624.194)
Despesas com vendas	(43.250)	(74.698)	(137.413)	(130.518)
Despesas gerais e administrativas	(22.470)	(44.435)	(50.877)	(48.756)
Resultado financeiro	(40.798)	(61.955)	(58.746)	(58.780)
Outras despesas operacionais	56.327	19.481	47.836	17.321
	(364.299)	(652.320)	(891.276)	(844.927)
Matéria-prima consumida e outros	(204.504)	(307.777)	(496.795)	(395.859)
Despesas com pessoal e encargos	(61.130)	(116.469)	(161.040)	(148.736)
Despesas de vendas variáveis	(34.027)	(55.627)	(82.667)	(80.860)
Depreciação e amortização	(21.403)	(43.599)	(49.656)	(45.030)
Serviços de terceiros	(22.243)	(47.020)	(52.387)	(53.531)
Propaganda e publicidade	(1.737)	(4.498)	(13.303)	(11.523)
Impostos e taxas	(560)	(944)	(1.173)	(1.033)
Encargos financeiros sobre financiamentos	(37.012)	(25.591)	(45.042)	(20.155)
Variação cambial monetária líquida	(17.418)	(31.825)	(27.552)	(56.861)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	35.735	(18.970)	38.339	(31.339)
	(364.299)	(652.320)	(891.276)	(844.927)

35. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participação nos resultados (PLR)	(2.494)	(4.246)	(5.894)	(5.506)
Provisão (Reversão) para contingência tributárias e outros	59.021	23.552	53.665	22.752
Venda de imobilizado	(199)	175	66	175
Total	56.328	19.481	47.837	17.421

Conselho de Administração		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otávio Maluf	Flavio Maluf	Antônio Delfim Netto
		Dácio Antônio Pereira Oliveira
		Marcelo Faria Parodi
		Heitor Aquino Ferreira
		Miguel João Jorge Filho
Diretoria		
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente Geral	Diretor Vice-Presidente Executivo
Flavio Maluf	Otávio Maluf	José Antônio Goulart de Carvalho (*)
		(*) Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP 220148/O-6
Controller